

# APRESENTAÇÃO

Edição Comemorativa -15 anos do CNJ e 5 anos da e-Revista CNJ

Com imensa satisfação, lançamos a edição comemorativa dos 15 anos do Conselho Nacional de Justiça e dos 5 anos da Revista Eletrônica do CNJ. Também é motivo de imenso orgulho observar a notória evolução técnica e qualitativa da publicação eletrônica nesse período, tendo sido totalmente reestruturada em 2019, passando a adotar critérios científicos e técnicos internacionais de avaliação e de publicação de artigos, igualmente estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em 2020, a Revista Eletrônica do CNJ publica mais uma importante edição, agora compartilhando com o leitor artigos que discorrem sobre a atividade do Conselho Nacional de Justiça, que debuta em junho deste ano, além de abordar temas relevantes sobre o futuro do Poder Judiciário. A edição conta, ainda, com a contribuição das conselheiras Dra. Tânia Reckinziegel e Dra. Maria Tereza Uille (em co-autoria com a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge), com artigos sobre a representatividade feminina no Poder Judiciário e uma análise da atuação do CNJ, respectivamente.

Os artigos desta edição contemplam os seguintes temas de destacada importância:

- Aplicação da inteligência artificial no PJe;
- A plataforma de solução de conflitos, consumidor.gov.br;
- Direito, tecnologia e disrupção;
- Eficiência e transparência no Processo Penal;
- Estudo de caso sobre eficiência e gestão pública;
- Estudo comparado entre os tribunais superiores do Brasil e da França;
- Má gestão econômico-financeira como ofensa à sustentabilidade;
- Atuação do CNJ no aprimoramento dos processos de transmissão de riqueza pela via sucessória;
- Viabilidade de criação de vara privativa ambiental;
- Custo da justiça;
- Atividade de inteligência no Poder Judiciário;
- Modelo de plataforma aplicado ao Poder Judiciário;
- Judicialização das políticas públicas de saúde;
- Gestão estratégica no Poder Judiciário; e
- Justiça itinerante como política judiciária.

A Seção de Jurisprudência nos brinda com uma coletânea de 40 julgados de repercussão social e jurídica, em que é possível conhecer um pouco do trabalho do CNJ, desde sua instituição, em 2005, até os dias atuais. A compilação contou com a contribuição de servidores e ex-servidores do CNJ, conhecedores da atuação histórica do Plenário do Conselho, da Secretaria Processual e do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias. Agradecemos, em especial, aos servidores Lucas Delgado, Jordana Maria Ferreira de Lima, Carla Fabiane Abreu Aranha, Pâmela Tieme Barbosa Aoyama e Adrienne Domingues Costa.

É possível consultar, por exemplo, o processo que deu origem à Política de Priorização do Primeiro Grau; os julgados de combate ao nepotismo no Poder Judiciário; a decisão que declarou o fim da entrevista pessoal no concurso da magistratura; a instituição

---

do PJe; a instituição da reserva de vagas para negros nos concursos da magistratura; a regulamentação do novo Código de Processo Civil; e a implantação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)

Com a publicação de mais este número da Revista, o CNJ abre espaço para a discussão de questões que visam à melhoria contínua da prestação jurisdicional ao cidadão brasileiro. Comungamos, assim, com a opinião de Paul Slovic, segundo o qual, em uma democracia, para que as políticas públicas sejam efetivas, é necessário ouvir o público, uma vez que é ele quem as legitima (The perception of risk, 2000).

Agradecemos, por fim, a todos os presidentes, corregedores nacionais, conselheiros e servidores que atuaram e que seguem trabalhando no CNJ, por transformarem o Judiciário em um poder cada vez mais transparente, eficiente e responsável, e aos dignos especialistas e estudiosos que publicaram seus estudos nesta histórica edição.

Boa leitura.

**MINISTRO DIAS TOFFOLI**  
**Presidente do Conselho Nacional de Justiça**

**RICHARD PAE KIM**  
**Editor-chefe da Revista CNJ**